



ALELO S.A.

CNPJ nº 04.740.876/0001-25

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. No exercício, a Alelo registrou lucro líquido de R\$ 182.2 milhões, patrimônio líquido de R\$ 796.2 milhões e ativos totais de R\$ 6.38 bilhões. Deste resultado, a empresa alocou para a distribuição de dividendos conforme previsto em estatuto de 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal. A Sociedade buscará em 2022 o fortalecimento de sua posição em seus

negócios centrais e adequação à nova regulação do Programa de Alimentação do Trabalhador. Também manteremos nossos esforços de diversificação de negócios e constante foco na experiência e satisfação do cliente. Dessa maneira, Alelo tem investido em: proporcionar flexibilidade aos portadores dos cartões através do Alelo Tudo; na evolução de novos negócios sinérgicos e complementares com a plataforma de pedidos de refeições Pede Pronto; em Velloe como alavanca de inovação na cadeia de mobilidade; em ganho de eficiência através da evolução tecnológica com projetos

estruturantes. Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Barueri, 24 de março de 2022

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota explicativa	2021		2020	
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.329.889	2.582.617		
Instrumentos financeiros	5	—	54.157		
Contas a receber	6	3.137.031	2.597.038		
Contas a receber		3.163.572	2.628.370		
Provisão perdas esperadas		(26.541)	(31.332)		
Impostos a recuperar	7	16.107	22.784		
Despesas antecipadas	8	89.132	53.172		
Outros créditos	9	93.020	58.374		
Depósito judicial	10	1.631	1.539		
Total do ativo circulante		5.666.810	5.369.681		
Instrumentos financeiros	5	130.905	—		
Despesas antecipadas	8	21.870	33.044		
Depósito judicial	10	53.671	50.774		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	75.741	82.431		
Outros créditos	9	—	2.744		
Imobilizado	11	30.290	42.362		
Intangível	12	399.857	309.876		
Total do ativo não circulante		712.334	521.231		
Total do Ativo		6.379.144	5.890.912		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
	Nota explicativa	Reservas de lucro			Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Outras reservas de lucros		
		472.414	93.537	23.569	—	589.520
Saldos em 31 de dezembro de 2019		—	—	—	186.351	186.351
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal		—	946	—	(946)	—
Reserva para expansão		—	—	139.054	(139.054)	—
Dividendos propostos	24.d	—	—	—	(46.351)	(46.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		472.414	94.483	162.623	—	729.520
Lucro líquido do exercício		—	—	—	182.186	182.186
Dividendos adicionais		—	—	(69.923)	—	(69.923)
Destinação do lucro líquido:						
Reserva para expansão		—	—	136.640	(136.640)	—
Dividendos propostos	24.d	—	—	—	(45.546)	(45.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		472.414	94.483	229.340	—	796.237

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Alelo S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Participações Ltda. ("Elopar"), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512 - 3º, 4º e 16º andares, edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via "tag" e plataforma de pedidos.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

- Realização dos créditos e débitos tributários, vide nota 25.c;

- Provisão de contingências trabalhistas, vide nota 22; e

- Perda de crédito esperada, vide nota 6.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ou VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI"): uma das condições para se classificar um Instrumento Financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas

políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; e

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;

- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivo financeiro mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

- a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Sociedade atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para terminar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021		2020	
Receita operacional líquida	26	1.850.226	1.639.046		
Custo dos serviços prestados	27	(564.479)	(580.899)		
Lucro bruto		1.285.747	1.058.147		
Receitas/(despesas) operacionais					
Pessoal	28	(301.593)	(239.998)		
Gerais e administrativas	29	(382.390)	(308.855)		
Outras receitas/(despesas)		(4.965)	(287)		
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		596.799	509.007		
Receitas financeiras	30	132.524	92.978		
Despesas financeiras	30	(473.845)	(332.759)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		255.478	269.226		
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	25.a	(63.758)	(63.678)		
Diferidos	25.a	(9.534)	(19.197)		
Lucro líquido dos exercícios		182.186	186.351		
Lucro por lote de mil ações		91,0930	93,1755		

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado dos exercícios	182.186	186.351
Outros resultados abrangentes	—	—
Resultado abrangente total	182.186	186.351

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021		2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido dos exercícios		182.186	186.351		
Depreciações e amortizações	29	76.046	50.632		
Provisão para perdas esperadas		(4.791)	(3.539)		
Atualização programa de incentivo a vendas		(7.931)	(454)		
Passivos contingentes		9.555	5.237		
Imposto de renda e contribuição social diferido		9.534	19.196		
Juros sobre instrumentos financeiros		6.244	1.667		
Juros sobre arrendamento mercantil		947	1.233		
(Aumento)/redução dos ativos e passivos operacionais		17.501	891.141		
Instrumentos financeiros		(82.992)	(3.779)		
Contas a receber		(535.202)	(28.630)		
Imposto a recuperar		6.677	209		
Despesas antecipadas		(24.786)	(14.130)		
Outros créditos		(31.902)	93.163		
Depósitos judiciais		(2.989)	(4.663)		
Fornecedores		36.290	(9.182)		
Contas a pagar operacionais		386.766	214.458		
Obrigações com portadores		50.305	436.101		
Programa de incentivo a vendas		(5.712)	(27.300)		
Salários e encargos		17.202	10.928		
Impostos e contribuições a recolher		40.086	50.245		
Impostos pagos		(35.870)	(45.495)		
Outras contas a pagar		(68.760)	(33.036)		
Arrendamento mercantil a pagar		(3.402)	(8.071)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (Aumento)/redução nas atividades de investimentos		17.501	891.141		
Fluxo de caixa das atividades de investimento					

Notas explicativas às demonstrações financeiras da ALELO S.A. (Em milhares de reais)									
<p>→ continuação</p> <p>O valor da contraprestação transferida;</p> <p>O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na aquisição; e se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.</p> <p>Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.</p> <p>Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.</p> <p>Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.</p> <p>g. Redução ao valor recuperável (impairment)</p> <p>g1. Ativos financeiros</p> <p>Instrumentos financeiros e ativos contratuais</p> <p>A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e - contas a receber. <p>As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.</p> <p> Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.</p> <p>A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. - As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito. <p>Mensuração das perdas de crédito esperadas</p> <p>As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).</p> <p>Ativos financeiros com problemas de recuperação</p> <p>Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.</p> <p>Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias. <p>Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial</p> <p>A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.</p> <p>Baixa</p> <p>O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.</p> <p>g2. Ativos não financeiros</p> <p>Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.</p> <p>Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.</p> <p>h. Imposto de renda e contribuição social</p> <p>O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.</p> <p>(i) Impostos correntes</p> <p>O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.</p> <p>(ii) Impostos diferidos</p> <p>O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. <p>Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.</p> <p>O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.</p> <p>i. Ativos e passivos contingentes</p> <p>O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; • Passivos contingentes - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma perda de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. • Obrigações legais - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas. <p>j. Reconhecimento da receita operacional</p> <p>As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale refeição e vale transporte.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Receita adquirente Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos Estabelecimentos Comerciais (ECs) pela utilização dos cartões Alelo. • Receita emissor Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização de benefícios. • Receita de comissão de vendas A receita é reconhecida pelo regime de competência. Refere-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados do Banco Digio S.A. pela captação/indicação de clientes para o Banco. <p>k. Receitas e despesas financeiras</p> <p>As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.</p> <p>A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.</p> <p>l. Outras receitas/(despesas) operacionais</p> <p>As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.</p> <p>m. Combinação de negócios</p> <p>A combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Sociedade utilizando a metodologia de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Sociedade de forma a obter benefícios de suas atividades.</p> <p>Os custos da transação que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado.</p> <p>n. Eventos subsequentes</p> <p>Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. 									
4. Caixa e equivalentes de caixa		2021	2020						
Moeda nacional		31.251	44.819						
Fundos de investimentos (a)		1.906.651	2.184.804						
Certificado de depósito bancário - CDB's (b)		333.361	297.531						
Moeda estrangeira (c)		58.626	55.455						
Certificado de depósito no exterior (c)		-	8						
		2.329.889	2.582.617						
(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos não exclusivos, administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.									
(b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.									
(c) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX de venda do último dia útil do exercício.									
Substancialmente, os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram realizados com partes relacionadas.									
5. Instrumentos financeiros		2021	2020						
a) Instrumentos financeiros		Vencimento	Total	Total					
		Acima de	Custo	Custo					
		365 dias	amortizado	amortizado					
Títulos privados		130.905	130.905	54.157					
Letras financeiras - LF		130.905	130.905	54.157					
Curto prazo		-	-	54.157					
Longo prazo		-	130.905	-					
Os instrumentos financeiros estão precificados somente no nível 2.									
b) Classificação dos instrumentos financeiros		2021	2020						
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo				
Caixa e Bancos	amortizado	89.877	-	100.274	-				
	Custo	-	-	-	-				
Letras financeiras	amortizado	130.905	-	54.157	-				
Certificado de depósito bancário - CDB's	amortizado	78.191	-	-	-				
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	255.170	255.170	297.532	297.532				
Fundos de investimentos	VJR	1.906.651	1.906.651	2.184.803	2.184.803				
	Custo	-	-	-	-				
Contas a receber	amortizado	3.137.031	-	2.597.038	-				
		5.597.825	2.161.821	5.233.804	2.482.335				
Estimativa de valor justo									
A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação									
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2021	2020	Nível					
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	255.170	297.532	Nível 2					
Fundos de investimentos	VJR	1.906.651	2.184.803	Nível 2					
		2.161.821	2.482.335						
(a) Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.									
(b) Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.									
(c) Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.									
Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2									
As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:									
• O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.									
• Para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.									
6. Contas a receber, líquido das perdas esperadas		2021	2020						
Contas a receber de clientes		2.958.065	2.431.289						
Contas a receber partes relacionadas (a)		205.507	197.081						
(-) Provisão de perdas esperadas		(26.541)	(31.332)						
		3.137.031	2.597.038						
(a) Refere-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas ao BB Elo Cartões Participações S.A. e ao Banco Bradesco S.A. referentes ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores, vide nota explicativa 20.									
A movimentação da perda esperada é como segue:		2021	2020						
Saldo inicial		(32.230)	(37.312)						
Acréscimos		(4.419)	(18.214)						
Baixas		9.506	23.296						
Saldo final		(27.143)	(32.230)						
Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados a Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas e Carteira de Instrumentos Financeiros.									
Risco de crédito									
O risco de crédito é o risco de a instituição incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da instituição.									
Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.									
A instituição conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 31.									
Contas a receber e ativos de contrato									
A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos.									
A instituição conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.									
Modelos de apuração de perdas esperadas									
Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base nas diretrizes dos normativos internacionais doCPC-48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando alteração significativa nas variáveis do modelo.									
As modelagens internas permitem a construção de uma matriz de perda esperada para cada grupo de risco e faixa de atraso, considerando as variáveis PD e LGD históricas da instituição.									
Os índices de perda da matriz são apurados por meio de uso de método de "rolagem" com base na probabilidade de um saldo a receber avançar para estágios sucessivos de atraso até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas de acordo com os grupos de riscos identificados na modelagem que apresentam características de risco de crédito comuns.									
A EAD representa o valor de exposição ao risco de crédito na data de sua mensuração, e considera instrumentos de mitigação de riscos baseados e seguro garantia, e técnicas de <i>Override</i> para redução de valores recebidos e ainda não baixados.									
O produto Veloc conta com modelo de apuração de provisão para perdas esperadas específico dado seu modelo de negócio direcionado a clientes de varejo.									
As tabelas a seguir fornecem informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas.									
	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada						
31 de dezembro de 2021									
A Vencer até 3 dias	2.424.059	0,1%	3.058						
Vencido 4-30 dias	25.031	8,2%	2.059						
Vencido 31-60 dias	2.397	14,8%	356						
Vencido 61-90 dias	1.389	50,5%	702						
Vencido 91-360 dias	2.512	73,9%	1.858						
Vencido há mais de 360 dias	18.508	100,0%	18.508						
Total	2.473.896		26.541						
	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada						
31 de dezembro de 2020									
A Vencer até 3 dias	2.253.942	0,1%	1.349						
Vencido 4-30 dias	29.305	5,8%	1.688						
Vencido 31-60 dias	1.495	9,0%	135						
Vencido 61-90 dias	712	60,1%	428						
Vencido 91-360 dias	9.096	44,5%	4.052						
Vencido há mais de 360 dias	23.680	100,0%	23.680						
Total	2.318.230		31.332						
As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e ativos de contrato durante o ano estão representadas na tabela a seguir:		2021	2020						
Contas a receber		(26.541)	(31.332)						
Instrumentos financeiros (a)		(602)	(898)						
Total		(27.143)	(32.230)						
(a) Instrumentos financeiros elegíveis ao cálculo de perda esperada de acordo com as									
estratégias da tesouraria e as diretrizes do CPC-48 (IFRS9).									
7. Impostos a recuperar		2021	2020						
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		7.345	3.680						
PIS e COFINS		8.555	11.570						
Imposto de renda e contribuição social		207	7.534						
		16.107	22.784						
8. Despesas antecipadas		2021	2020						
Contratos de manutenção (a)		68.160	46.764						
Descontos concedidos (b)		30.475	38.559						
Assinaturas e seguros		9.016	78						
Serviços profissionais		2.813	665						
Outros		538	150						
		111.002	86.216						
Circulante		89.132	53.172						
Não circulante		21.870	33.044						
(a) Referem-se, substancialmente, as despesas antecipadas com contratos de sustentação de serviços de TI, os quais serão diferidos durante a vigência dos contratos									
(b) Referem-se aos descontos concedidos a clientes de acordo com negociações comerciais, os quais serão apropriados ao longo da vigência do contrato.									
9. Outros créditos		2021	2020						
Adiantamento a fornecedores (a)		70.057	47.573						
Adiantamento a funcionários		17.444	10.079						
Outros créditos		5.519	3.466						
		93.020	61.118						
Circulante		93.020	58.374						
Não circulante		-	2.744						
(a) Refere-se substancialmente a adiantamento a fornecedor de seus produtos vale transporte e pré-pago.									
10. Depósitos judiciais		2021	2020						
Fiscal		53.643	50.764						
Trabalhista		1.631	1.518						
Cível		-	21						
Depósito garantia		1	-						
Bloqueio Judicial		27	10						
		55.302	52.313						
Circulante		1.631	1.539						
Não circulante		53.671	50.774						
11. Imobilizado		2021	2020						
	Depreciação	Custo	acumulada	Líquido	Líquido				
Instalações		3.450	(2.108)	1.342	2.494				
Móveis e equipamentos de uso		2.296	(1.247)	1.049	2.770				
Sistemas de processamento de dados		13.891	(6.865)	7.026	9.195				
Sistemas de comunicação		7.263	(3.786)	3.477	4.243				
Outras imobilizações (a)		1.649	(1.649)	-	2.243				
Direitos de uso sobre bens		32.496	(15.100)	17.396	21.236				
		61.045	(30.755)	30.290	42.362				
A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2021 é como segue:		Taxa anual de Depre-	Saldo	Entra-	Baixa	Depre-	Saldo		
		ciação	31.12.20	da	aqui-	ciação	31.12.21		
Imobilizado de Uso									
Instalações	10%	2.494	-	(682)	(470)	1.342			
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.770	-	(1.271)	(450)	1.049			
Sistemas de processamento de dados	20%	9.195	448	-	(2.617)	7.026			
Sistemas de comunicação	20%	4.424	-	-	(947)	3.477			
Outras Imobilizações (a)	20%	2.243	-	(1.693)	(550)	-			
Direitos de uso sobre bens (Aluguéis e outros)	16,67%	19.654	3.547	(5.564)	(4.802)	12.835			
Direitos de uso sobre bens (Maquinários)	33,33%	1.582	5.006	-	(2.027)	4.561			
Total		42.362	9.001	(9.210)	(11.863)	30.290			
(a) Refere-se a benfe									

→continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da ALELO S.A. (Em milhares de reais)

	2021	2020
19. Outras contas a pagar		
Crédito a cliente (a)	52.654	74.238
Provisões gerais e administrativas	24.046	53.717
Provisão de custo dos serviços prestados	15.868	21.310
Provisão de marketing	1.179	4.127
Contas a pagar - partes relacionadas - CAC (nota 20)	4.417	12.238
Serviços técnicos especializados	9.851	11.216
Desenvolvimento, manutenção e suporte	6.350	5.949
Receita diferida	1.680	2.073
Outras contas a pagar	100	36
	116.145	184.904
	116.045	184.868
	99	36

Circulante
Não circulante
(a) Obrigações com clientes, créditos na próxima fatura.

20. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradescard e BB Elo Cartões Participações S.A.), acionista direto (Elo Participações Ltda.) bem como empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Cielo S.A., Lívolo S.A., Elo Serviços S.A. e Banco Digio S.A..

	2021		2020	
	Ativo	Receitas	Ativo	Receitas
	(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)

Caixa e equivalentes de caixa

Banco Bradesco S.A.	1.538.713	58.785	1.802.211	13.606
Banco do Brasil S.A.	569.220	16.299	580.333	16.571
Banco Digio S.A.	144.147	6.624	154.320	5.112

Contas a receber (a)

Banco Bradesco S.A.	184.344	-	163.187	-
BB Elo Cartões Participações S.A.	17.477	-	30.561	-
Cielo S.A.	1.042	-	867	-
Elo Participações Ltda.	-	-	4	-
Elo Serviços S.A.	5	-	14	390
Banco Digio S.A.	2.639	26.225	2.445	25.953
Lívolo S.A.	-	-	3	-

Programa de incentivo a vendas (b)

Banco Bradesco S.A.	(8.862)	(100.390)	(14.992)	(93.180)
Banco do Brasil S.A.	(1.663)	(93.734)	(22.586)	(50.942)

Dividendos a pagar

Elo Participações Ltda.	(45.547)	-	(46.351)	-
-------------------------	----------	---	----------	---

Outras contas a pagar

Banco Bradesco S.A.	(31)	(7.070)	(1)	(5.478)
Banco Bradescard S.A.	-	-	(744)	(2.067)
Banco do Brasil S.A.	(244)	(1.382)	(7.538)	(4.580)
Cielo S.A.	-	(52.799)	(307)	(77.801)
Elo Participações Ltda.	(4.142)	(43.247)	(3.648)	(36.324)
Elo Serviços S.A.	-	(6.897)	-	(8.310)

Contas a pagar operacionais

Banco Digio S.A.	(473.789)	-	(372.563)	-
------------------	-----------	---	-----------	---

(a) Refere-se a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Alelo.
(b) Valores referentes a programa de incentivo a vendas - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar.

21. Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos Administradores totalizaram R\$ 3.882 (R\$ 3.692 em 31 de dezembro de 2021) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para gratificação, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 33.870 (R\$ 30.546 em 31 de dezembro de 2020), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".

A Sociedade dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e Administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.457 (R\$ 4.258 em 31 de dezembro de 2020) apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".

22. Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo. (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b. Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

c. Obrigações legais - tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos, baseado em riscos de cada processo, seguindo a norma de provisão tributária.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	2021	2020
Trabalhistas e previdenciárias	2.953	2.854
Fiscais	61.000	51.619
Cíveis	743	668
	64.696	55.141
	7.264	3.522

Circulante
Não circulante
A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está representada no quadro abaixo:

	Saldo inicial	Atualizações			Saldo final
	31.12.2020	Adições	Baixas	monetárias	31.12.2021
Trabalhistas e previdenciárias	2.854	1.007	(1.531)	623	2.953
Fiscais	51.619	12.808	(5.477)	2.050	61.000
Cíveis	668	1.597	(2.068)	546	743
	55.141	15.412	(9.076)	3.219	64.696

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	2021	2020
Trabalhistas	5.008	2.036
Cíveis	3.589	2.508
Tributárias (a)	345.607	164.707
	354.204	169.251

(a) Em 2021 foram realizadas as atualizações dos valores estimados de riscos conforme norma tributária vigente, e a atualização de avaliação de risco pertencente a essa carteira, conforme movimentação processual.

23. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos da Sociedade que estão dentro do escopo do CPC 06 (R2) são:

	Saldo final	Adição/	Aluguéis	Juros	Saldo final
	31.12.2020	constituição	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021
Arrendamento mercantil	21.398	8.552	(11.954)	947	18.943
	21.398	8.552	(11.954)	947	18.943
Circulante	14.975	-	-	-	4.256
Não circulante	6.423	-	-	-	14.687

24. Patrimônio líquido
a. Capital social
O capital social em dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 472.414, representado por 2.000.000 ações, sendo 1.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000 de ações preferenciais. A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	2021		2020	
	Quantidade	Participação %	Quantidade	Participação %
Acionista				
Elo Participações Ltda.	2.000.000	100	2.000.000	100
Total	2.000.000	100	2.000.000	100

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição da reserva legal, pois a mesma encontra-se no limite de 20% do capital social, totalizando o montante de R\$ 94.483.

c. Outras reservas de lucros

Conforme determinação dos acionistas, os lucros não distribuídos são destinados à reserva de expansão, e em 2021 a reserva apresenta um saldo de R\$ 229.340 (R\$ 162.623 em 2020).

d. Dividendos propostos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade registrou dividendos propostos no montante de R\$ 45.546 (R\$ 46.351 em 2020).

Em 30 de abril de 2021, foi deliberado através de Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020, no montante de R\$ 69.923 (R\$ 46.341 em 2020).

25. Imposto de renda e contribuição social**a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social**

Descrição	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	255.478	269.226
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	86.863	91.537

Efeito no cálculo dos tributos:

Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis	3.214	1.781
Provisão para perdas do valor recuperável	9.229	10.958
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.533	19.197
Participação nos lucros - funcionários	3.286	1.280
Provisão para despesas administrativas	(23.208)	(27.124)
Incentivos fiscais	(4.151)	(4.099)
IRPJ e CSLL - reversões de anos anteriores	(11.474)	(10.655)
Imposto de renda e contribuição social	73.292	82.875

Sendo:

Impostos correntes	63.758	63.678
Impostos diferidos	9.534	19.197
Despesa contabilizada	73.292	82.875

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 31.12.2020	Const. tributária	Realização	Saldo em 31.12.2021
Provisão para contingências fiscais	17.550	1.977	-	19.527
Provisão para contingências trabalhistas	970	34	-	1.004
Provisão para contingências cíveis	227	1.239	-	1.466
Provisão Fee - Visa/Elo	608	166	-	774
Provisão de participação nos lucros	11.163	2.508	-	13.671
Provisão administrativa	19.509	-	(1.855)	17.654
Provisão para perdas do valor recuperável	10.959	-	(1.731)	9.228
Provisão de receitas/descontos concedidos	15.363	-	(10.449)	4.914
Outros valores	6.082	1.421	-	7.503
Total dos créditos tributários	82.431	7.345	(14.035)	75.741
Prejuízo fiscal / Base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	82.431	7.345	(14.035)	75.741
Ágio	(11.040)	-	-	(11.040)
CPC 06	(7.611)	(2.181)	-	(9.792)
Atualização depósito judicial	(2.297)	(663)	-	(2.960)
Total dos passivos diferidos	(20.948)	(2.844)	-	(23.792)
Total líquido dos impostos diferidos	61.483	4.501	(14.035)	51.949

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Diferenças temporárias		Ágio		Total	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Total
Até 1 ano	30.928	11.717	42.645	-	-	42.645
Até 2 anos	498	179	677	-	-	677
Até 3 anos	13.206	4.754	17.960	-	-	17.960
Até 4 anos	336	121	457	-	-	457
Até 5 anos	919	331	1.250	-	-	1.250
Acima de 5 anos (a)	-	-	(8.119)	(2.981)	(11.040)	(11.040)
Total	45.887	17.102	62.989	(8.119)	(2.981)	51.949

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2021, calculado considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários, o saldo corresponde a R\$ 55.508 (R\$ 59.502 em 2020).

(a) O montante de passivo diferido de R\$11.040 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a rentabilidade futura do ágio, reconhecido na base de cálculo no período de 2010 a 2015 proveniente da aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da empresa Smart Benefícios Ltda.

26. Receita operacional líquida

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

	2021	2020
Receita de adquirentes	1.838.761	1.652.185
Receita de emissores	214.342	161.721
Receita de comissão de vendas	37.755	32.229
Impostos sobre serviços	(240.632)	(207.089)
	1.850.226	1.639.046

27. Custo dos serviços prestados

	2021	2020
Despesas com vendas	(221.814)	(273.326)
Captura e processamento	(144.666)	(143.188)
Central de atendimento	(75.536)	(60.874)
Manutenção e sustentação	(70.561)	(45.104)
Emissão e personalização	(26.001)	(27.338)
Entrega e distribuição	(22.827)	(23.721)
Custo com logística	(661)	(3.544)
Outros custos	(17.089)	(16.989)
Fee bandeira	(7.458)	(6.673)
Implantações de novos contratos (clientes)	(22.802)	(20.674)
Antecipação de recebíveis	(6.436)	(6.138)
Créditos tributários (a)	51.372	45.879
	(564.479)	(580.899)

(a) Valores relativos à recuperação da contribuição do PIS e da COFINS sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

28. Despesa com pessoal

	2021	2020
Salários	(143.921)	(113.158)
Encargos	(54.075)	(40.714)
Benefícios	(52.532)	(39.021)
Gratificação	(42.183)	(39.322)
Treinamento	(2.319)	(2.216)
Outros	(6.563)	(5.567)
	(301.593)	(239.998)

29. Despesas gerais e administrativas

☆ continuação

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022



KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

SESI SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

Os Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunicam a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de canal de comunicação de dados para prover o acesso dedicado à internet do Datacenter da Administração Central.

Retirada do edital: a partir de 29 de março de 2022, através dos portais www.sesisp.org.br e www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 29 de abril de 2022 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.



AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 136/2022.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **ELETRDOMÉSTICOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTA EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a **aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **29 de março de 2022 a 08 de abril de 2022 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia **08 de abril de 2022, às 10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min.** do dia **08 de abril de 2022**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro - Fortaleza-CE, no e-compras: <https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp>, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 | CLFOR**.

Fortaleza - CE, 28 de março de 2022.

JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR

Pregoeiro(a) da CLFOR

BICICLETAS MONARK S/A

CNPJ/MF 56.992.423/0001-90 - NIRE 35.300.021.93-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Srs. Acionistas de Bicycles Monark S/A ("Companhia") a se reunirem no dia 29/04/2022, às 12:00 horas, na sede social da Companhia, à Rua Francisco Lanza Tancler, nº 130, Indaiatuba/SP, em Assembleia Geral Ordinária, para deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2 - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 3 - Eleger os membros do Conselho de Administração; e 4 - Deliberar sobre a remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2022. Atendendo à instrução CVM nº 165/91, informamos que é de 5% o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. A participação do acionista poderá ser presencial, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida, em especial os documentos hábeis a comprovar a identidade do acionista ou os seus respectivos poderes de representação, no caso de pessoas jurídicas e fundos de investimento, constam na Proposta de Administração, disponível nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.B3.com.br) e da Companhia (www.monark.com.br). Comunicamos aos Srs. Acionistas que os documentos de que trata o artigo nº 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2021, encontram-se a disposição dos acionistas na sede social da Companhia e serão publicados, de forma resumida, no jornal O Estado de São Paulo, no dia 29/03/2022, podendo ser acessado na íntegra nos websites acima mencionados, bem como no website do jornal (<https://estadodori.estadao.com.br/publicacoes/>). São Paulo, 29 de março de 2022. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES

COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 065/2022 - CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169.068/2021 - EMSEHR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA ESPECIALIDADE NEFROLOGIA, COM OS SERVIÇOS EM HEMODIÁLISE; LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MÁQUINA DE HEMODIÁLISE E OSMOSE RESERVA), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS, REAGENTES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DA ILHA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

SITUAÇÃO DA LICITAÇÃO: Fica remarcada para o dia 20/04/2022, às 9h (horário local).

MOTIVO: Em Função do Pedido de Esclarecimento.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).

Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails: lauro.costa@emserh.ma.gov.br, csl@emserh.ma.gov.br e/ou laurocs18@gmail.com, ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 24 de março de 2022

Lauro César Costa

Agente de Licitação da EMSERH

Fábrica de Papel e Papelão

Nossa Senhora da Penha S.A.

C.N.P.J. 49.912.199/0001-13

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Convocação: Convocamos os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGO/AGE, a realizar-se no dia 23/04/2022, às 10h00, na sede social da Sociedade, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma **Google Meet** (<https://meet.google.com>), por meio de **link** a ser enviado juntamente das instruções para acesso e participação da mesma, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do dia:** **AGO:** a) Leitura, discussão e votação do relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de 31/12/2021; b) Destinação do Lucro Líquido do Exercício; c) Pagamento de Dividendos; d) Eleição dos Membros do Conselho de Administração; e) Fixação de remuneração dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria; f) Instalação do Conselho Fiscal e eleição dos membros titulares e seus suplentes. **AGE:** a) Aumento do Capital Social e consequente alteração do Art. 6º do Estatuto Social; b) Demais assuntos de interesse da sociedade. As deliberações acima serão realizadas via Boletim de Voto a Distância, conforme previsto na IN DREI Nº 79, de 14/04/2020. Para participação, os acionistas deverão enviar ao endereço da Sociedade, o Boletim de Voto a Distância completamente preenchido e assinado, com antecedência mínima de 10 dias uteis, juntamente de cópia autenticada de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) ou, **preferencialmente**, via e-mail, no endereço assembleia2022@penha.com.br. A partir da data desta publicação, estarão disponíveis aos acionistas na sede social da Sociedade, cópias do relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2021, as quais também serão encaminhadas através do e-mail de cada acionista. Itapira, 23 de Março de 2022. **Conselho de Administração.**

Investimentos Bemge S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79

Companhia Aberta

NIRE 35300315472

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da INVESTIMENTOS BEMGE S.A., conforme obrigação prevista pela Lei das Sociedades Anônimas, são convidados pelo Conselho de Administração a participarem de Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29.04.2022, às 11:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 3º andar, em São Paulo (SP), a fim de: **1.** Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; **3.** Fixar o número de membros que comporão o Conselho de Administração e eleger os seus integrantes para o próximo mandato trienal. Tendo em vista as determinações das Instruções da Comissão de Valores Mobiliários 165/91 e 282/98, fica consignado que, para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração, os Acionistas requerentes deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante; e **4.** Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração. A descrição consolidada das matérias propostas bem como suas justificativas constam do Manual da Assembleia. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Para exercer seus direitos, os acionistas que desejarem comparecer à Assembleia, embora não recomendado, deverão portar seu documento de identidade. Os Acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os documentos listados abaixo comprovando a validade de sua procuração (solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada). Esclarecemos que o representante do Acionista Pessoa Jurídica não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. a) Pessoas Jurídicas no Brasil: cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório; e b) Pessoas Físicas no Brasil: procuração com firma reconhecida em cartório. Objetivando facilitar os trabalhos na Assembleia, a Companhia sugere que os Acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 27.04.2022, às 11h horas, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail drinvest@itau-unibanco.com.br. Tendo em vista que o mundo continua atravessando uma grave crise sanitária, apesar de termos tido avanços nos últimos meses, ainda precisamos acompanhar e evitar o excesso de circulação e contato entre as pessoas. Sendo assim, incentivamos que os acionistas participem da Assembleia por meio do boletim de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada, a ser enviado (i) diretamente à Companhia, (ii) aos seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou (iii) à Itáú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração, conforme procedimentos descritos neste Manual da Assembleia. No intuito de organizar o acesso aos Acionistas na Assembleia, informamos que seu ingresso será permitido a partir das 10h. São Paulo (SP), 28 de março de 2022. (a) Renato Lúlia Jacob - Diretor de Relações com Investidores. (29/30/31)

DEXCO

Dexco S.A.

CNPJ. 97.837.181/0001-47

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da **DEXCO S.A.** ("Companhia") são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, que se realizará em **28.04.2022, às 11h, na forma exclusivamente digital**, a fim de:

Em pauta extraordinária: deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para reformulação parcial do Estatuto Social: **1)** alterar os Artigos 1.1, 11 "(i)", 26, 26.1 e 32 e incluir os Artigos 26.2, 26.3, 26.4, 26.5 para instalar permanentemente o Conselho Fiscal e para dispor sobre o seu mandato, funcionamento e demais disposições; **2)** alterar os Artigos 5º, 5.1 e 5.1.1 para atualizar o capital social e melhor prever as possibilidades de aumento dentro do limite do capital autorizado; **3)** alterar os Artigos 6, 7, 9, 9.1, 9.2, 11 "(vi)", incluir o Artigo 10.1 e itens "(viii)", "(ix)" do Artigo 11 e excluir os Artigos 11 "(iv)", 9.3, 9.4, 9.5, 33, 33.1, 36, para atualizá-los e adequá-los à legislação em vigor; **4)** alterar os Artigos 10, itens "(ii)", "(v)", "(vii)" e "(viii)" do Artigo 11, 12, 12.1, 12.2, 12.3, 12.4, 13.3, 14, 14.1, 15, 15.2, 15.3, 16, 16.1, 17, 17.1, 18, itens "(iii)", "(iv)", "(v)", "(viii)", "(x)", "(xiii)" e "(xiv)" do 19, 24.1, 25.1, 29.1, 30.2, 34, 35 e 37, para aprimoramento da redação e atualização de remissão, sem alteração de conceitos; **5)** alterar o Artigo 13, 13.2, 16.2 e 19, item "(xv)", incluir os itens "(xvi)" e "(xvii)" do mesmo Artigo 19 e excluir os Artigos 13.1 e 15.1 para atualizar as práticas da Companhia, prever 1/3 de membros independentes no Conselho de Administração e aprimorar suas atribuições; **6)** incluir os Artigos 19, 19.1, 19.2, 20, 20.1, 20.2, 21 para tornar estatutários os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração; **7)** excluir os Artigos 20, 20.1 e 21 dado o cumprimento das disposições do Novo Mercado em outros documentos da Companhia; **8)** incluir os Artigos 24.2, 24.3 e 24.4 para prever as atribuições da Diretoria; **9)** incluir o Artigo 25.3 para regular o uso de assinaturas eletrônicas; e **10)** consolidar o Estatuto Social.

Em pauta ordinária: **1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31.12.2021; **2)** deliberar sobre proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2021, e ratificar a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio e de dividendos; **3)** fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual; **4)** eleger os respectivos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; **5)** deliberar sobre a independência dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração; **6)** eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual; **7)** fixar a verba global destinada à remuneração dos administradores; e **8)** fixar a remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal.

Informações gerais: **1) Legitimação, Representação e Participação na Assembleia:** os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores, munidos de documento de identidade, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante Artigo 126 da Lei 6.404/76, poderão participar da Assembleia ou participar e votar de forma virtual por meio de **Plataforma Digital**, nos termos da Instrução CVM 622/20. Para tanto, os Acionistas deverão enviar solicitação acompanhada da documentação necessária em formato PDF para o e-mail assembleia@dexco.com.br, até às 11h do dia 26.04.2022. As orientações, o **link**, os dados para conexão e a senha de acesso serão enviados até 11h do dia 27.04.2022, somente àqueles que manifestarem tal interesse e apresentarem a integralidade da documentação necessária até às 11h do dia 26.04.2022, conforme instruções detalhadas no **Manual da Assembleia**. **2) Voto a Distância:** os Acionistas que optarem por exercer seus direitos de voto a distância deverão preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo, até **22.04.2022**, ao escriturador das ações da Companhia, aos agentes de custódia (corretoras) ou diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no **Manual da Assembleia**; **3) Voto Múltiplo:** os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98 e requerer com antecedência mínima de 48 horas da realização da Assembleia; **4) Eleição em Separado:** os Acionistas minoritários poderão eleger, em votação em separado, membro para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, observadas as condições previstas nos Artigos 141 e 161 da Lei 6.404/76, sendo que em relação à eleição em separado para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária desde **28.01.2022**; e **5) Documentos à disposição dos Acionistas:** todos os documentos e informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no website de Relações com Investidores da Companhia (www.dexco.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

São Paulo (SP), 25 de março de 2022.

Conselho de Administração

Alfredo Egydio Setubal

Presidente do Conselho de Administração

(28/29/30)

COMUNICADO

Acha-se aberta, na Diretoria de Ensino Região Campinas Leste, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2022, objetivando a prestação de serviços contínuos de limpeza em ambiente escolar, para as escolas jurisdicionadas à Diretoria de Ensino Região de Campinas Leste. Data 11/04/2022 às 09:30 horas. O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados, site www.bec.sp.gov.br.



ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE